



CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

José Carlos Brandi Aleixo

Antecedentes

Após as notícias da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492 ao Novo Mundo, houve, sobretudo na Península Ibérica, intensa movimentação diplomática. Lisboa e Madri, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, alteraram os limites fixados, no ano anterior, pela Bula *Inter Coetera*, do Papa Alexandre VI. Atribuiu ele a Portugal os Territórios situados até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Em 1500 Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Antes e depois desta data as numerosas tribos indígenas desenvolveram, entre si e com os povos europeus, uma política externa. Está, porém, fora dos limites deste trabalho um estudo a respeito.¹ No período de 1580 e 1640 estiveram unidas as coroas ibéricas. Durante

ele ampliou-se consideravelmente o território ocupado pelos lusitanos na América do Sul. Muitas destas alterações limítrofes foram reconhecidas, em 1750, pelo Tratado de Madri em cuja introdução se lê que "cada parte há de ficar com o que atualmente possui". Outras mudanças de fronteiras foram estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Em 1808 o Príncipe Regente Dom João, ante a iminência da ocupação de Portugal por tropas napoleônicas, transferiu-se, com a corte, para o Rio de Janeiro. O Brasil foi assim o único país americano a hospedar uma família real

¹ O relacionamento entre as tribos e os portugueses foi ora conflitante ora cooperativo. Atualmente os índios no Brasil não chegam a 200.000. A inalienabilidade das terras por eles habitadas está asseverada no artigo 198 da Constituição do Brasil.

européia e a ser sede de um império. Quando o Rei Dom João VI regressou, em 1821, a Lisboa, permaneceram no país seu filho Pedro, muitos nobres, numerosos funcionários vinculados ao Serviço Exterior, assim como valiosos arquivos. No período de 1808 a 1821 vários governos acreditaram representantes seus junto à monarquia portuguesa sediada no Rio de Janeiro. O mais antigo consulado dos Estados Unidos da América é o estabelecido, em 1808, na cidade baiana de Salvador. Em maio de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro de Dom Pedro, conhecido como Patriarca da Independência, designou o primeiro representante do Brasil no exterior, ou seja, o Consul em Buenos Aires. A independência do Brasil foi proclamada por Dom Pedro I, nascido em Portugal. Permaneceu no Trono até 1831. Apesar da grande movimentação de tropas, o processo de emancipação do Brasil foi comparativamente menos violento e menos demorado que na América de língua castelhana. Lisboa reconheceu em 1825, formalmente, a separação do Brasil.

Fatores Geográficos

A política externa de um país é grandemente influenciada pela geografia. A área de 8.511.965 km² do Brasil representa 1,6% da superfície total do globo; mais de 20% do continente americano e quase 48% da América do Sul. A União Soviética, o Canadá, a China e os Estados Unidos possuem extensão territorial superior à do Brasil. A fronteira terrestre brasi-

leira é de 15.719 km. A maior é de 3.126 km com a Bolívia e a menor é de 593 km com o Suriname. Apenas a União Soviética e a China possuem maior número de vizinhos fronteiriços. O Brasil colinda com dez países, isto é, com todos os da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador. A multiplicidade de vizinhos de aquém e além-mares coloca o Brasil em contato com grande variedade de culturas e povos.

A forma compacta, quase triangular do Brasil, contribuiu, concomitantemente com a monarquia, para a coesão interna e a preservação da unidade nacional.

A linde marítima brasileira é duas vezes menor que a terrestre. Os 7.408 km do litoral debruçam-se sobre o Atlântico Sul e em pequena parcela, no Território do Amapá, sobre o Atlântico Norte. A costa ocidental africana abriga cerca de 20 repúblicas, vizinhos de além-mar. Há ainda seis outros países do Continente Negro, mediterrâneo, voltados para o Atlântico. Através do Oceano Atlântico, o Brasil articula-se diretamente com mais de 50 países situados nas Américas, na Europa e na África. O Oceano Atlântico se comunica com o Pacífico e o Índico. Perto de 80% da população brasileira concentra-se na faixa marítima. A colonização do país começou pela costa. O Brasil é o país americano mais próximo da África. Entre a cidade brasileira de Natal e a senegalesa de Dacar medeiam uns 3.500 km. Durante a Segunda Guerra Mundial o aeroporto de Natal foi de extraordiná-

ria importância estratégica. No Brasil os extremos Norte e Sul distam 4.320 km e os Leste e Oeste 4.328 km.

Por razões geográficas e outras a América Latina e África são prioridades naturais da política externa do Brasil. Comparado com o Atlântico Norte, o Atlântico Sul é área de poucas tensões. Brasília empenha-se em contribuir para a paz no Atlântico Sul e em impedir que ele se transforme em teatro de bases e confrontações militares ou região de guerra fria entre as duas superpotências ou entre países do Ocidente. Neste contexto o Itamarati se opõe à criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) análoga à OTAN. Rejeita-se, particularmente, qualquer parceria com o regime racista da África do Sul.

Fatores Económicos

Para a caracterização da política externa do Brasil são relevantes alguns dados sobre sua situação económica doméstica, o intercâmbio comercial, as dívidas, as reservas monetárias etc.

Em preços constantes o Produto Interno Bruto passou de 210.117,9 milhões de cruzeiros em 1970 para 480.959,9 em 1980.¹ O PIB em 1981, tendo em conta o valor real do dólar do ano anterior, atingiu o equivalente a 194.171.000.000. Este PIB coloca o Brasil em nono lugar no mundo.

O PIB per capita foi de 1.574 dólares.²

Em 1979 o valor da produção industrial do Brasil correspondeu à 13ª do mundo. No período de 1970 a 1976 a média anual de crescimento foi de 11,6%. Em 1976 39% do PIB originou-se da Indústria. Contudo apenas 11,0% de sua força de trabalho empregou-se na indústria neste período.³

Na indústria do aço o país ascendeu do 23º lugar mundial em 1965 para o 13º em 1979.⁴ A produção nacional de aço cresceu 62,4% entre 1974 e 1978. Em 1979 a produção foi de 13,9 milhões de toneladas. Neste ano o Brasil tornou-se auto-suficiente em produtos de aço, embora não em equipamento de fábricas de aço. Há para 1984 previsão de 22 milhões de toneladas, igual à produção do Reino Unido em 1978. Contudo o consumo *per capita* de aço no Brasil é pequeno. Em 1976 ele foi de 98kg, bem abaixo dos níveis da Espanha (305 kg) e da Itália (389 kg).⁵

Apesar da fundação recente (1957) a indústria automotriz brasileira já se encontra entre as 10

² *El Proceso de Integración en América Latina*. Buenos Aires, INTAL - BID, 1982, pág. 28.

³ SELCHER, Wayne. "Brazil in the World: A Ranking Analysis". *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*. Edited by Wayne Selcher Boulder, Colorado, Westview Press, 1981, p. 32.

⁴ *Idem*. *Ibidem*, p. 36.

⁵ Dados citados por Wayne Selcher, "Brazil in The World: a ranking Analysis", *Brazil in the International System: The rise of a middle power*. Edited by Wayne Selcher. Boulder, Colorado, Westview Press, 1981, p. 36-37.

¹ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1982 p. 222.

maiores do mundo. Em 1978 foram fabricados mais de um milhão de carros.¹

O petróleo constitui ainda cerca de 40% do total de energia básica consumida no Brasil.² E o país produz menos de 25% do petróleo que utiliza. As importações de petróleo passaram de 769 milhões de dólares em 1973 para mais de dois bilhões e novecentos milhões no ano seguinte, embora o volume importado fosse praticamente o mesmo.³ Contudo é possível substituir 40% do petróleo importado por eletricidade, carvão mineral e vegetal, combustíveis líquidos etc.⁴ O Consumo Nacional de derivados de petróleo apresentou em 1981 redução de mais de 7% em relação ao ano anterior. A empresa paraguaia-brasileira de Itaipu no Rio Paraná está programada para uma capacidade de 12 milhões e 600 mil KW; a preços de janeiro de 1981 o custo total é de 12 bilhões de dólares. Cerca de 70% dos gastos são em cruzeiros. Em 1983 entrarão em funcionamento as três primeiras turbinas.

Em ordem de importância os maiores investidores no Brasil são os Estados Unidos (quase cinco bilhões de dólares), Alemanha Ocidental, Suíça, Japão (quase dois bilhões), Reino Unido e França. A Europa em conjunto com cerca de

sete bilhões de dólares constitui, aproximadamente, a metade dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Entre 1970 e 1980 as exportações do Brasil cresceram 677% saltando de 2,7 para 21 bilhões de dólares. As importações cresceram ainda mais gerando na década um déficit de 2,8 bilhões de dólares.⁵ Isto se deveu, em boa parte, à quadruplicação do preço do petróleo em 1973. De 1976 a 1981 o saldo negativo brasileiro, só com a Arábia Saudita, superou a soma de 11 bilhões de dólares.⁶

Em 1981 as exportações e as importações do Brasil foram, respectivamente, de 23,3 e 22,1 bilhões de dólares.⁷ Houve, assim, importante superavit na balança comercial, apesar da queda de 7,4% dos preços pertinentes das exportações e dos aumentos de 13,2% do das importações.⁸

Nas últimas décadas o Brasil tem-se empenhado em diversificar seus parceiros comerciais e a pauta de suas exportações. Individualmente os Estados Unidos continua sendo o principal importador do Brasil. Contudo, a porcentagem das exportações a ele destinadas caiu de 45% em 1965 para menos

¹ Idem. *Ibidem*, p. 37.

² PENA, João Camilo. *Introduction to Brazil*. Grongula, Editions, I. Estocolmo. Embaixada do Brasil, 1982, p. 7.

³ FRANCO, Alvaro da Costa. "O Brasil e a Atual Conjuntura Econômica Mundial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 47: 206, jul. 1978.

⁴ PENA, João Camilo. *Op. cit.*, p. 8.

⁵ TAMER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 5/2/81, p. 145.

⁶ "Itamarati divulga programa de Guerreiro no exterior". *Jornal de Brasília*, 9/10/82, p. 14.

⁷ *El Proceso de Integración en América Latina*, em 1981. Buenos Aires, INTAL - BID, 1982, pág. 28.

⁸ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, DIN, 1982, pág. XII.

de 20% em 1981.¹ Em 1960 América Latina, África e Ásia absorviam menos de 5% das exportações brasileiras. O Comércio com o Terceiro Mundo passou de 120 milhões de dólares em 1960, para um bilhão em 1973 e mais de cinco bilhões em 1980. O Brasil tornou-se o país em desenvolvimento que maior proporção de seu comércio destina a outros países em desenvolvimento.² Em 1981 o co-

mércio no sentido Sul-Sul correspondeu a 44% do total transacionado pelo Brasil. E as exportações para a América Latina (mesmo excluídos os países em desenvolvimento de língua inglesa e holandesa do Novo Mundo) superavam em valor as destinadas aos Estados Unidos da América.³ O seguinte quadro, com base em dados da CACEX, ilustra a diversidade de importadores brasileiros:

Total das exportações do Brasil	1980 (bilhões de dólares) 20.132.401	Porcentagens aproximadas	1981 (bilhões de dólares) 23.293.037	Porcentagens aproximadas
Comunidade Econômica Européia	5.466.108	27,1%	5.936.311	25,5%
América Latina (Todos países do Novo Mundo menos USA/Canadá)	3.649.747	18,1%	4.403.853	18,9%
Estados Unidos	3.509.577	17,4%	4.040.238	17,4%
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1.987.400	9,8%	2.261.745	9,7%
Europa Oriental	1.306.561	6,5%	1.698.771	7,7%
África (exclusive Oriente Médio)	1.154.300	5,7%	1.695.357	7,7%
Oriente Médio	1.039.491	5,1%	1.249.757	5,3%
Outros	2.019.217	10,1%	2.007.010	8,8%

¹ Entrevista do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. *Visão* XXX (50): 30, 14-12-81. No entanto o Brasil significa apenas 1,5% do total das importações dos Estados Unidos conforme afirma Leonardo Mota Neto em "Diálogo Brasil e Estados Unidos" *Jornal de Brasília*, 26-09-1982, p. 8.

² SARDENBERG, Ronaldo Mota. "A Política Externa do Brasil nas últimas décadas". *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 109, 38(4): 29.out/dez.81.

³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Política Externa do Brasil". *Segurança e Desenvolvimento*. XXXI, (190): 43, 1982.

Apesar da recessão mundial, inflação generalizada, desequilíbrios financeiros e protecionismo, entre 1971 e 1980, o comércio exterior do Brasil cresceu em 700 por cento, de 6 para 43 bilhões de dólares. Neste período o comércio do país com os demais países em desenvolvimento expandiu-se em 1.700 por cento. Grande parte deste aumento deveu-se às importações de petróleo, mas também às exportações do Brasil para os países em desenvolvimento cresceram em 1.300 por cento em apenas dez anos, com um salto de mais de seis bilhões de dólares.¹

O Brasil exporta atualmente menos de um décimo do valor de seu Produto Interno Bruto, proporção substancialmente inferior à da maior parte dos países industrializados. Tem ele participação ainda diminuta no mercado internacional, mal alcançando suas exportações a 1% do total das exportações mundiais.²

Entre os países em desenvolvi-

mento o Brasil ocupa o primeiro lugar como importador e oitavo como exportador (superado apenas por 7 exportadores de petróleo). Após os Estados Unidos o Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas. No período de 1970 a 1980 as vendas externas brasileiras de manufaturados ascenderam de 614 milhões de dólares para 11,3 bilhões de dólares.³

O café caiu de 53% do total das exportações do Brasil, em 1954, para 20,1% em 1973 e 10,8% em 1975.⁴ Em 1981, no período de janeiro a outubro, a soja superou o café em importância na exportação.⁵ Em 1981 as proporções correspondentes ao valor das exportações foram as seguintes: 38,3% para produtos básicos; 8,9% para semimanufaturados; 51,2% para manufaturados e 1,6% para operações especiais.⁶

Os dados seguintes relacionam o montante da dívida externa brasileira com o PBI, as reservas monetárias e as exportações do país.

As dimensões da dívida⁷ Em US\$ bilhões

Ano	Dívida	Participação no PIB
1964	3,1	24,9%
1969	4,4	14,4%
1973	12,6	15,4%
1981	61,4	29,7%

¹ Idem. *Ibidem*, p. 42-43.

² LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "Comércio Exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. UFMG, nº 54. 30, jan. 1982.

³ TAMBER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 05-02-81, p. 145.

⁴ SELCHER, Weyne. *Brazil's Multilateral Relations*. Boulder, Westview Press, 1978, p. 122.

⁵ Para a venda de US\$ 1,484,528,000 de café houve US\$ 2,839,966,000 de soja. FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, DIN, 1982, p. 233.

⁶ Idem. *Ibidem*, p. 247.

⁷ "O que fazer com a nossa dívida". *Jornal da Tarde*, São Paulo, 23/08/82, p. 15.

Dívida, exportações e reserva⁵
Em US\$ bilhões

<i>Ano</i>	<i>Dívida</i>	<i>Reserva</i>	<i>Exportações</i>
1964	3,1	0,244	1,4
1973	12,6	6,4	6,1
1981	61,4	7,5	23,33
Crescimento no período	1.880%	2.970%	1,529%

⁵ Idem. *Ibidem*.

O quadro econômico atual do mundo é sombrio. Entre 1945 e 1970 os aumentos dos níveis de preços eram moderados; as taxas de câmbio mais estáveis; a oferta de emprego, mais ampla. Nas décadas de 1960 e 1970 houve expansão média de 7% do comércio internacional. Em 1980 o aumento foi de apenas 1,5%. Se em 1978 o crescimento econômico dos países desenvolvidos de OCDE foi de quase 4%, em 1981 ele baixou para 1,2%. O desemprego em vários destes países atingiu ou mesmo superou a 10%.¹

Nos 25 anos seguintes ao término da Segunda Guerra o sistema financeiro internacional particular financiou, em grande parte, a expansão industrial do Terceiro Mundo. Muitas empresas, evitando a intensa mobilização social dos países mais desenvolvidos, investiram muitos recursos em países de mão-de-obra barata. A partir de 1973 a crise do petróleo e a desestabilização do sistema monetário fundamentado no dólar provocaram grandes desequilíbrios. Anteriormente a reciclagem da dívida

externa se operava como correção de um desequilíbrio transitório da balança comercial. No caso do Brasil e de vários países do Terceiro Mundo este desequilíbrio se tornou estrutural. Só os juros das dívidas externas absorvem, muitas vezes, de 30 a 60% do valor das exportações. Impõe-se, porém, a implantação de um novo modelo financeiro internacional através de decisões políticas apropriadas.

Dimensões Gerais da Política Externa

Algumas dimensões importantes da política externa do Brasil são conseqüências de sua condição assumida de país latino-americano, atlântico, lusófono, plurirracial, cristão, ocidental e em desenvolvimento. Talvez a principal característica do Brasil seja a da diversidade, multiplicidade e polivalência de suas dimensões. Vale salientar também a presença atuante de Brasília nas Nações Unidas e em organismos regionais como a OEA, BID, SELA, ALADI, Organizações do Tratado da Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica. Na OEA o Presidente Juscelino Kubitschek iniciou, em 1958, a Operação Pan-americana (OPA).

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Conferência na Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 03-09-82, p. 9 e 10, texto datilografado.

Dela surgiu o Comitê dos 21 incumbidos de estimular a cooperação econômica entre os países membros. Grande também foi o apoio do Brasil à criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA) e à Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).¹

Nos discursos presidenciais e dos chanceleres brasileiros assim como em declarações ou comunicados conjuntos com autoridades de outros países há freqüentes menções dos princípios e normas da política externa do Itamarati. Muitos deles encontram-se em documentos internacionais como as Cartas da ONU e da OEA. São exemplos: autodeterminação dos povos, não-intervenção, condenação do uso da força ou da ameaça do seu emprego nas relações internacionais, solução pacífica das controvérsias, fiel cumprimento dos tratados, implementação de boa fé das obrigações internacionais livremente assumidas, respeito à soberania dos países, segurança coletiva inclusive econômica; igualdade das nações, rejeição de hegemonia própria ou alheia assim como de qualquer forma de interdependência vertical.

A Chancelaria brasileira procura evitar os extremos de fórmulas gerais e acabadas e dos casuísmos inconsistentes. Afirma-se a possível compatibilização dos interesses das nações. Dentro dos princípios

gerais buscam-se acordos concretos, viáveis e mutuamente benéficos para as partes. Advoga-se o respeito pleno à individualidade dos parceiros e a compreensão de suas realidades específicas. Nega-se, na análise de problemas alheios, qualquer pretensão de juiz ou mestre.

Rejeita-se a visão da política internacional como um jogo de poder. Não se preconizam formas abstratas de equilíbrio, constituição de blocos, confrontações ou reducionismos ideológicos. Não se aceita uma correlação necessária entre maior poder e maior moderação. Atribuem-se as ameaças à paz internacional particularmente à corrida armamentista, à persistência das desigualdades econômicas, ao enraizamento das crises regionais e à fragilidade dos mecanismos incumbidos de superar as dificuldades.²

A condenação do congelamento do poder, a busca de uma nova ordem internacional e um moderado otimismo a respeito, aparecem nos pronunciamentos de chanceleres brasileiros. É exemplo o seguinte trecho de discurso do atual ministro Saraiva Guerreiro em 30 de novembro de 1981:

"O Brasil acredita que as estruturas do sistema internacional podem ser transformadas, apesar de serem relativamente rígidas... Na verdade, dois processos correm paralelos. De um lado a politização do imobilismo, ou seja, a resistência aos processos de mudança, resistência definida politicamente

¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. "Posições Internacionais do Brasil no Plano Multilateral". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 52: 147-219, jan. 1981.

² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Discurso na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03-09-82, p. 19, texto datilografado.

pela vontade e deliberação política. De outro, as tentativas de mudança.

... O sistema internacional está estruturado em termos de hierarquia de poder... essas hierarquias entre as nações traduzem, a curto prazo, vantagens de tipo econômico e político. Por isso a superação das dissintonias do sistema internacional não é entendida como uma nova forma de organização do sistema internacional que pode beneficiar a todos mas simplesmente como uma ameaça a posições de poder efetivo, que seriam abaladas pelas transformações.¹

Em conferência deste ano, na Escola Superior de Guerra, o Chanceler Saraiva Guerreiro afirmou:

"Na perspectiva brasileira o atual estado crítico da economia internacional, ainda que nefasto particularmente para as economias em desenvolvimento, é igualmente indesejável para a comunidade internacional em seu conjunto. É a partir dessa visão integrada, e que nos parece racional e realista, que o Brasil firmou a convicção de que a cooperação internacional não é apenas o corolário de abstratos ideais humanitários de solidariedade, mas a inescapável consequência de um diagnóstico global da realidade econômica internacional."²

Não se nega a importância da recuperação das economias do

Norte para a reversão do quadro atual de estagnação. Exige-se, porém, um tratamento global e integrado dos principais temas da realidade internacional, inclusive dos problemas econômicos que, embora com repercussões de gravidades distintas, afetam os países do Norte e Sul. Na ótica brasileira, o diálogo comporta uma dimensão ideal, que se traduz na busca da equidade, entre as nações, mas comporta, igualmente, uma vertente prática, refletida no esforço de obter benefícios comerciais viáveis e concretos.

A dimensão Ocidental

Não existe amplo acordo sobre o significado de Ocidente. Considerações de caráter etimológico, geográfico, lingüístico, religioso, econômico, militar, político, cultural e filosófico podem ajudar a compreender o complexo conceito de Ocidente. Sobre ele excreveram autores tão diversos como Roger Bastide,³ Roger Garaudy,⁴ James Fulbright,⁵ Louis Joseph Lebret,⁶ Julian Marias,⁷ Oswald Spengler,⁸ e Arnold Toynbee.⁹ No

³ *Le Prochain et le Lointain*. Paris, Editions Cujas, 1970.

⁴ *O Ocidente é um Acidente*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.

⁵ *As Perspectivas do Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1964.

⁶ *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente, Problemas Fundamentais de nossa Civilização*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.

⁷ "O Ocidente e seus Inimigos". *Visão*, 14-9-1981, p. 70-72.

⁸ *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

⁹ *Estudos da História Contemporânea. A Civilização posta a prova. O Mundo e o Ocidente*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1976.

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Palestra do Chanceler em Londres, no Real Instituto de Relações Internacionais (Chattam House), 30-11-81. Texto mimeografado, p. 5 e 7.

² 03-09-82. Texto datilografado, p. 9.

Brasil, entre outros, estudaram o tema Golbery do Couto e Silva¹ e J. O. de Meira Penna.²

Tendo o conceito de Ocidente se desvinculado de sua conotação geográfica inicial, entende-se como o Nazismo se tenha oposto simultaneamente a ele e à ideologia marxista-leninista do Leste Europeu.³

A condição de país ocidental é afirmada, reiteradas vezes, por líderes e governantes brasileiros. Em razão da natural brevidade de espaço, este trabalho se limita a alguns pronunciamentos mais recentes sobre o tema.

Já em 1958, em clima de guerra fria, em conferência sobre "O Brasil e a Defesa do Ocidente" escreveu Golbery do Couto e Silva: "Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é para nós o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como Programa... Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: A Ciência — como

instrumento de ação; a Democracia — como fórmula de Organização Política; o Cristianismo — como supremo padrão ético de convivência e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual para todos; a justiça social e a paz".⁴

Mesmo em período de particular aproximação com os Estados Unidos o Presidente Castello Branco distinguiu entre interesses comuns do Ocidente e os específicos de uma grande Potência: "Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental — pois que, na política externa desta, é necessário distinguir os interesses básicos do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência".⁵

São palavras do ex-chanceler Azeredo da Silveira, perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara:

"Os próprios ideais que são o cerne desse conceito filosófico e humanista — que é o do Ocidente — excluem a idéia de monolitismo rígido. O respeito à diversidade de situações e de escolhas é uma das características fundamentais da concepção de vida que, ao longo

¹ "O Brasil e a Defesa do Ocidente". *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 225.

² "Oriente e Ocidente". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 19: 7-59, jun. 1965.

³ Disse o Fuehrer a um estrangeiro em 9 de agosto de 1939: "Tudo o que empreendo é dirigido contra a Rússia; se o Ocidente é burro e cego demais para entender isso, serei obrigado a me entender com a Rússia, vencer o Ocidente, depois reunir minhas forças e me voltar contra a União Soviética". F. EST. Joachim Hitler. Rio, Editora Nova Fronteira, 1976, p. 696.

⁴ *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 225, 226.

⁵ Discurso de 31-07-1964. *Discursos de 1964*, Brasília, Secretaria de Imprensa, s.d., p. 110.

dos séculos, se foi destilando nestas vastas áreas do planeta, que formam hoje o mundo ocidental.

No meu entender, o próprio conceito de Ocidente não é um conceito estático, geográfica ou historicamente. Do ponto de vista geográfico, ele se ampliou consideravelmente e inclui hoje nações que se situam fora dos meridianos que o limitavam, inicialmente a Europa e, depois, a esta e ao continente americano. Historicamente o Ocidente se embebe de experiências que lhe trazem nações novas. Tais experiências diferem das que ocorreram em seu território original. Os padrões de convivência racial desenvolvidos no Novo Mundo, sobretudo em nosso país, representam um fator novo que ilustra essa contribuição.¹

Os países do Primeiro Mundo não serão fiéis aos próprios ideais do Ocidente, se tolerarem qualquer forma de colonialismo e se não consentirem em mudanças estruturais da ordem internacional. Cabem aqui duas citações eloquentes do Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Numa avaliação de mais longo alcance, o mais expressivo resultado de Cancún talvez tenha sido o de alertar os países do Norte e, muito especialmente, o governo norte-americano, para o fato de que a idéia abstrata da sobrevivência dos valores do Ocidente deve necessariamente passar pela matéria concreta da transformação de

algumas estruturas obsoletas e injustas da economia internacional. Tal transformação deve ser de molde a beneficiar os países do Terceiro Mundo, a consolidar e aperfeiçoar os modelos de cooperação entre o Ocidente desenvolvido e os países em desenvolvimento. É fundamental reforçar os vínculos de confiança entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, o que, dadas as realidades do mundo contemporâneo, requer maior flexibilidade nos processos de negociações econômicas e políticas com o mundo em desenvolvimento."²

Em entrevista, de novembro de 1981, declarou o mesmo Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Nada pior para o Ocidente do que caracterizar-se em toda parte como um defensor de certas situações coloniais, ou de hegemonias etc. Não pode haver nada pior a longo prazo. Os possíveis ganhos momentâneos são mais que descompensados pelos efeitos negativos, pelos ressentimentos, pela perda de confiança. É entregar ao Leste, todas as causas bonitas. Inclusive os próprios princípios ocidentais, que são incompatíveis com o colonialismo, com a discriminação racial... São os princípios, comuns aos países ocidentais... liberdade, igualdade, cooperação com vistas ao bem-estar numa base que não anule o indivíduo e, de certa forma, a capacidade de iniciativa. No campo internacional isso deve levar à tolerância com países que, como resulta-

¹ Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, MRE nº 10: 80, jul., ago., set., 1976.

² "Os controvertidos resultados de Cancún". Folha de São Paulo, 15-11-81, p.

do de sua luta contra o colonialismo, se encaminharam para soluções internas diferentes. O importante é que todos esses acabem adquirindo confiança no Ocidente, vendo que a sua segurança, a sua possibilidade de evolução não só não são postas em risco pelo Ocidente, mas que o Ocidente é quem melhor pode cooperar com eles, respeitando-lhes a personalidade; e é quem mais pode lhes oferecer em termos de desenvolvimento econômico, de mercados, de cooperação técnica, e assim por diante."¹

Em conferência de 1982, a propósito de visita do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, afirmou o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Em Washington o Presidente Figueiredo recordou a participação do Brasil na histórica tarefa de construção do Ocidente, mencionando ao mesmo tempo que o nosso país partilha dos problemas, objetivos e aspirações do mundo em desenvolvimento... O Presidente não deixou de assinalar a necessidade de que o Ocidente, no qual os Estados Unidos desempenham papel central, trabalhe com objetividade e consistência para restaurar com o mundo em desenvolvimento vínculos de mútua confiança."²

Recentemente afirmou o atual Presidente do Brasil na ONU:

"Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas as-

pirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas."³

Estes e outros discursos patenteiam a rejeição brasileira de duas formas existentes de reducionismo do conceito de Ocidente. Deixando de lado ideais universalistas anteriores, alguns querem equiparar o Ocidente à civilização industrial nas sociedades democráticas e representativas (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, e até mesmo o Japão). Chegam estes a pensar que em razão da escassez de recursos naturais do mundo, do excessivo crescimento demográfico no Sul e das limitações internas numerosas, só um grupo reduzido de países pode compor o Ocidente, ao menos a curto e médio prazo. O outro reducionismo é o que equipara Ocidente e anti-sovietismo, tentando esvaziar de conteúdo próprio um conceito riquíssimo de valores e limitá-lo à negação de uma determinada ideologia.

A dimensão latino-americana

Muitos vínculos aproximam o Brasil da América Latina. São exemplos: a proximidade geográfica, passado colonial, idiomas semelhantes, predomínio do catolicismo, comum condição de país em desenvolvimento, necessidade

¹ Entrevista. *Jornal do Brasil*, 13-09-81.

² Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03-09-1982, p. 18.

³ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

de maior mercado e de maior influência nos assuntos internacionais etc.

No século XVIII foi de grande importância para os países ibero-americanos o Tratado de Madri, de 1750. O internacionalista Rodrigo Otávio considera-o a Carta Magna da América Latina, por seu espírito de justiça e conciliação. Coube ao brasileiro Alexandre de Gusmão, membro eminente da delegação lusitana, muito mérito pela sua elaboração. Sentiu ele a singularidade da América, a necessidade de separar os interesses do Brasil das intrigas dinásticas européias e a urgência de resolver irritantes questões de limites. Neste contexto merece especial destaque o artigo XXI onde se lê: "sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas querem suas Majestades Fidelíssima e Católica que (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda a *América Meridional*, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade... a dita continuação de paz perpétua e *boa vizinhança* não terá lugar somente em terras e ilhas da América Meridional — "A expressão América Meridional na época e ainda na primeira metade do século XIX era usada para designar os territórios do México à Patagônia. Na verdade só na década de 1850 surge o nome América Latina, na pena do colombiano José María Torres Caicedo.¹

Silvestre Pinheiro Ferreira, o último ministro de negócios estrangeiros nomeado no Brasil por Dom João VI, chegou a designar o agente Schmidt para servir junto a Simón Bolívar. No ano de 1822 submeteu às jovens nações do Continente projeto de "Tratado de confederação e mútua garantia de independência".

Simón Bolívar, durante algum tempo, manifestou certa hostilidade em relação ao Brasil; em parte devido ao fato de que Dom Pedro I era sobrinho de Fernando VII e possivelmente vinculado aos absolutistas da Santa Aliança. A rejeição taxativa por parte de Dom Pedro I da proposta de um comandante espanhol, em 1825, de anexar ao Brasil, o território boliviano de Chiquitos, o conhecimento do texto liberal de Constituição brasileira de 1824, a eliminação de equívocos, contribuíram para que Bolívar, nos seus últimos anos, manifestasse grande apreço pelo Brasil. Para esta maior aproximação foi importante a atuação do pernambucano José Inácio de Abreu e Lima que defendeu o Libertador com a espada e a pena.²

Embora aceitasse o convite do Presidente em exercício, Francisco de Paula Santander, e até mesmo designasse como seu representante Teodoro José Biancardi, o Brasil não compareceu ao Congresso Antifictício do Panamá de 1826.

¹ ARDÃO, Arturo. *Genesis de la Idea y el Nombre de América Latina*. Caracas. Centro de Estudios Latino-Americanos Rómulo Gallegos, 1980, p. 73.

² LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolívar*. Rio de Janeiro. Banco do Brasil, s.d.

Adquiriu, porém, e conservou o único texto original não desaparecido das Atas do evento. Elas estão doadas ao Governo do Panamá e serão guardadas em monumento deste país dedicado à memória do histórico conclave.

As fronteiras do Brasil com seus vizinhos foram definidas em tratados bilaterais e demarcadas por comissões mistas. Não há problemas de limites.

A assinatura, a 19 de outubro de 1979, do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus constitui marco importante nas relações do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Foi resultado de longas negociações e demonstrou a possibilidade de fórmulas mutuamente satisfatórias para litígios muito complexos.

O Itamarati deseja a solução pacífica dos pontos de fricção ainda pendentes na América Latina. Acompanhou com preocupação o conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido. Neste caso renovou o seu reconhecimento, ocorrido já em 1833, da soberania de Buenos Aires sobre as Malvinas.

O Brasil considera importante que as superpotências não estendam para a América Latina, e particularmente para a América Central, seus confrontos ideológicos e militares. As tensões regionais muito arrefecerão se Washington e Moscou não tentarem colocar na corrida armamentista sua segurança mas sim no diálogo.

Apesar dos elos acima mencionados e outros as economias dos

países latino-americanos foram orientadas não no sentido de uma complementação mútua mas para centros dinâmicos extra-regionais e particularmente para o Reino Unido e depois Estados Unidos.

Nas últimas décadas, porém, tem crescido o diálogo dos países latino-americanos entre si. O Brasil procura construir sua presença no continente na base da aceitação da diversidade, da adaptação à mudança, da busca do novo, do mútuo reconhecimento em todas as dimensões e sobretudo da comum identidade latino-americana. O intercâmbio comercial, cultural, político e social tem aumentado na região. Em 1964, o Presidente De Gaulle respondeu a seu colega Eduardo Frei muito lhe haver impressionado o quão pouco se reuniam os governantes da América Latina, em contraste com os numerosos encontros das autoridades européias. A situação mudou bastante nos últimos lustros. Os primeiros encontros do Presidente do Brasil com seus colegas da Colômbia e da Venezuela ocorreram, respectivamente, em 1971 e 1972. Antigamente os presidentes brasileiros eleitos ou empossados visitavam em primeiro lugar a Europa ou os Estados Unidos. O atual supremo mandatário, porém, iniciou seu programa de viagens ao exterior, com uma visita à Venezuela. O atual Presidente do Equador na sua primeira ausência do país dirigiu-se ao Brasil. O chefe de Estado do Brasil já visitou, nos seus três primeiros anos de mandato, vários colegas da América do Sul e do México.

A dimensão Terceiro-Mundista. O diálogo Norte-Sul

O Mundo pode ser dividido conforme critérios muito variados. Em 1956 o demógrafo francês Alfred Sauvy publicou seu trabalho *Tiers Monde: sous développement et développement*. Pensou-se na analogia entre o Terceiro Estado, que era o derradeiro no plano econômico, político e social entre os três Estados gerais franceses antes de 1789 e o grupo de nações cujo núcleo inicial se reuniu na Indonésia, em Bandung em 1955. O Terceiro Estado era o mais numeroso e o menos poderoso no "anciên régime". O Terceiro Mundo é o mais numeroso e o menos poderoso na humanidade. Grosso modo, constituem hoje o Primeiro Mundo os países industrializados do Ocidente e formam o Segundo Mundo os países industrializados do Leste europeu.¹

O Brasil não vê nenhuma incompatibilidade em pertencer, simultaneamente, ao Ocidente e ao Terceiro Mundo. Pertence ao Ocidente por livre opção, por aceitar seus valores filosóficos e humanísticos. Integra o Terceiro Mundo por sua condição de país em desenvolvimento onde há lacunas significativas nos campos da alimentação, moradia, saúde, alfabetização, tecnologia, distribuição de renda entre as pessoas e entre as regiões etc.

¹ De acordo com a China há a seguinte tripla divisão: Primeiro Mundo (duas superpotências); Segundo Mundo (países desenvolvidos); Terceiro Mundo (demais países, inclusive a China).

Há, naturalmente, diferenças entre os países do Terceiro Mundo. São exemplos: o grupo de países exportadores de petróleo (OPEP); o grupo dos países recentemente industrializados (NIC ou "new industrialized countries"); o grupo dos países de menor desenvolvimento (LDC ou "less developed countries"). Alguns setores do Primeiro Mundo enfatizam estas diferenças no intuito de negociar separada e mais vantajosamente com os diversos grupos. Neste contexto o Brasil tem preconizado a necessidade de coesão de todos os componentes do Terceiro Mundo.

São oportunas as palavras do Embaixador Flecha de Lima:

"O Brasil não se deixará enganar pelos rótulos de país 'recentemente industrializado' ou de país em desenvolvimento 'avançado'; rótulos cujo objetivo é, simplesmente, o de nos separar dos demais países do Sul, e assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios de cooperação internacional."²

Na ONU o Presidente Figueiredo ressaltou a importância da coesão do Terceiro Mundo:

"Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre

² FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso. "Comércio Exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 54: 22-23, jan. 1982.

a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro, por nossas ações como por nossas palavras, que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas, que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.¹

O Sul não pode esperar uma anterior recuperação do Norte. A recuperação deve ser de todos. Disse a respeito o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Se estamos plenamente conscientes da importância da recuperação das economias dos países industrializados para o surgimento da economia internacional, não concordamos com a idéia de que esse fenômeno isolado — a recuperação das economias centrais — seja a única saída para a situação da crise em que nos encontramos, nem que os países em desenvolvimento devam pacientemente esperar até que os benefícios da recuperação nos países desenvolvidos eventualmente venham a atingi-los. Não concordamos, ainda, com a tese de que as forças do mercado, por si sós, serão capazes de promover a recuperação econômica, primeiramente a nível nacional, e em seguida em consequência, a nível universal."²

E no mesmo discurso pronunciado na ONU, afirmou o Presidente João Figueiredo:

¹ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

"Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma crise que afeta a ambos, a situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação."³

A dimensão africana

É sumamente importante a presença africana na composição étnica, na história e na cultura do Brasil. Também merece destaque, embora em proporções muito menores, a presença do Brasil no Continente Negro. Há na África Ocidental, particularmente na Nigéria, no Benin, no Togo e em Ghana, comunidades de descendentes de negros que, após muitos anos de residência no Brasil, cruzaram o Oceano Atlântico. Valha o exemplo de Silvanus Olympio, prócer da independência do Togo e seu primeiro Presidente. Era ele de origem brasileira.⁴

Cabe ressaltar, também, uma diferença na evolução histórica do Novo Mundo, Brasil inclusive e da África. No século XIX com a saída das autoridades européias o poder político passou a seus descendentes. No século XX com a retirada dos europeus, o poder político passou aos descendentes dos africanos que ali habitavam no início da colonização.

² SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. ESG, 03-09-82, p. 12-13.

³ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

⁴ CASTRO, Therezinha de. *África*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. Ed. 1981.

Até a década de 1950 grande parte do relacionamento do Brasil com a África se fez através das metrópoles européias. Após a Segunda Guerra Mundial cresceram na África e na Ásia os movimentos nacionalistas. A Assembléia Geral da ONU aprovou pela Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960 a "Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e aos Povos Coloniais". Nela se proclama solenemente a necessidade de por rápida e incondicionalmente fim ao colonialismo, sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações". A Resolução contou com o definido apoio do Brasil. No ano seguinte o novo Presidente Jânio Quadros empenhou-se em multiplicar os vínculos com a África e deu a conhecer a Lisboa a simpatia do Brasil pela emancipação dos territórios portugueses ultramarinos. Em 1972 o Chanceler Mario Gibson Barbosa visitou Costa do Marfim, Senegal, Ghana, Togo, Benin, Zaire, Gabão, Camarões e Nigéria. Seus sucessores, Azaredo da Silveira e Saraiva Guerreiro, já cruzaram o mesmo Atlântico em viagens oficiais a diversos vizinhos do além-mar. Ministros de outras pastas e freqüentes missões comerciais têm incluído a África em seus programas de contatos com o exterior. Brasília, sobretudo nos últimos dez anos, acolheu vários chefes de Estado e de Governo assim como numerosos Ministros da África. No ano de 1979 o Brasil recebeu um total de 18 delegações só da Nigéria, seu maior parceiro comercial no Continente Negro.

Nos últimos anos foram iniciadas linhas de navegação, bem como criadas duas linhas aéreas, para Lagos e Luanda, esta última já em 1981.

No início de 1982 o Brasil mantinha 19 embaixadas residentes na África e programava elevar este número para 21 com a inclusão de Zâmbia e da República dos Camarões. As 19 embaixadas representavam ademais o Brasil em 22 outros países africanos onde não havia ainda missões residentes.

A política do Brasil com relação à África inspira-se nos princípios gerais da diplomacia do país mencionados anteriormente. O Brasil e os países africanos condenam hegemonias e paternalismos e qualquer forma de neocolonialismo. Negam-se a ser instrumentos das superpotências. O Brasil procura estar presente na África na medida em que seus países assim o desejem. Advoga-se um Atlântico Sul aberto ao intercâmbio pacífico em todos os campos.

Apesar da condição comum de países em desenvolvimento há certa complementaridade nas economias. O Brasil pode importar metais não ferrosos, petróleo, fosfato, certas madeiras tropicais etc. O continente vizinho pode receber manufaturas, serviços diversos, alguns alimentos etc. Há também campo para operações triangulares. É exemplo o projeto brasileiro de prestação de serviços no setor do carvão de Moçambique, financiado por fundo da OPEP.

Neste contexto declarou o Chanceler Saraiva Guerreiro:

"O Brasil fornece serviços de engenharia e consultoria facilmente adaptáveis à África. A cooperação também se desenvolve na formação de técnicos, no treinamento de qualificação média, no planejamento de sistemas de ensino etc. As empresas brasileiras instaladas na África adaptam-se com grande facilidade e adquirem experiências importantes para o Brasil. Tais contatos são positivos para ambos os lados.

O total de intercâmbio passou, de 1979 para 1980, de cerca de 700 milhões de dólares para mais de 1 bilhão e 400 milhões, ou seja, duplicou em um ano."¹

As exportações do Brasil para o continente africano aumentaram no período de janeiro a setembro de 1981 em mais de 50% em comparação com o ano anterior.²

No discurso de 27 de setembro de 1982 na Assembléia Geral da ONU o Presidente João Figueiredo renovou as críticas do Brasil à atuação da África do Sul embora sem citar expressamente o seu nome:

"Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que

ameaçam a própria paz internacional."³

A dimensão lusófona

Os portugueses levaram sua língua a todos os continentes do Mundo. Em 1822, com a independência do Brasil, surgiu o segundo Estado lusófono Lisboa e Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX assinaram numerosos acordos comerciais, econômicos, sociais e culturais. Nos anos de 1974 e 1975 surgiram na África cinco países de língua portuguesa: Guiné-Bissau (10/09/74), Cabo Verde (5/6/75), Moçambique (25/6/75), Santo Tomé e Príncipe (12/7/75) e Angola (11/11/75). Brasília reconheceu-lhes lealmente a independência e estabeleceu missões diplomáticas junto aos novos governos.

O uso do mesmo idioma facilita a cooperação mútua. Representantes oficiais dos sete países de expressão comum já se reuniram em Lisboa e em Praia para a elaboração de um texto único em português sobre o Direito do Mar. A III Conferência dos Chefes de Estados das cinco repúblicas africanas acima mencionadas, realizada na cidade de Praia (Cabo Verde) nos dias 21 e 22 de setembro de 1982, abordou a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho. Além de decidir empreender ações com vistas a materialização deste objetivo sublinhou a importância da criação de mecanismo de consulta aos outros países de lín-

¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Entrevista do Chanceler. *Folha de São Paulo*, 13-09-1981.

² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Diálogo de Confiança e Amizade". *Afrochamber*, jan./fev. 1982, p. 5.

³ *Estado de São Paulo*, 28-09-82, p. 6.

gua portuguesa. Já está em preparação um Encontro dos Ministros de Justiça destes países.

O Brasil mantém contatos com os países de expressão comum em Nova York, na sede das Nações Unidas. As relações bilaterais cresceram e há programas de cooperação técnica e cultural com os países africanos de expressão comum. O Chanceler Saraiva Guerreiro já visitou Luanda e Maputo e os Chanceleres de Moçambique e de Angola foram recebidos no Brasil. Anteriormente o Presidente de Guiné Bissau esteve em Brasília e outras cidades do país.

Outras dimensões

Embora resumidamente cabe acrescentar algumas considerações sobre outras das numerosas dimensões da política externa brasileira.

A população de origem árabe é muito expressiva. A influência árabe chegou ao Brasil através de Portugal onde viveram os maometanos durante vários séculos. Ela está presente no vocabulário, nos costumes e na cultura em geral. Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 29 de novembro de 1947, o Brasil votou a favor da resolução nº 181 que previa a partição da Palestina em dois Estados (um árabe e outro judeu) e a criação de um "Corpus separatum" para Jerusalém e algumas áreas circunvizinhas. O Itamarati apoiou a Resolução 242, de 22 de novembro de 1967, do Conselho de Segurança da ONU. Ela enfatiza a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra¹ e exige a retirada de

Israel dos territórios ocupados em recente conflito. O Brasil reconhece a Organização da Libertação da Palestina como a legítima representante do povo palestino.

Desde o início do século XX o Brasil acolheu milhares de imigrantes japoneses. Seus descendentes ultrapassaram o milhão. Ocupam lugar importante na economia do país. O comércio com o Japão é muito grande, sobretudo tendo em conta a distância geográfica. Há também muito capital japonês no país.

Em 1974 foram reatadas as relações diplomáticas entre Brasília e Pequim em clima de cordialidade. Desde então tem havido numerosas visitas de autoridades brasileiras à China e vice-versa. Há enorme potencial para maior intercâmbio comercial, científico e comercial.

Historicamente as relações entre o Brasil e os países do Leste europeu têm sido limitadas. Após a Revolução de 1917 o Brasil retirou seu Embaixador da Rússia. O novo regime soviético só foi reconhecido no fim da Segunda Guerra Mundial, mas em 1947 cessaram novamente as relações diplomáticas. Elas foram reatadas em 1961. Nos últimos anos várias missões brasileiras têm visitado o Leste europeu. No mês de outubro de 1982 o Vice-Presidente da República visitou a Hungria. O Presidente da Romênia veio ao Brasil. O saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Em mensagem ao Congres-

¹ O parágrafo único do artigo 7º da Constituição do Brasil assim reza: "É vedada a guerra de conquista".

so Nacional escreveu o Presidente Figueiredo¹: "O relacionamento do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental foi marcado em 1981, pela expansão e diversificação. Multiplicaram-se as visitas oficiais e incrementou-se o intercâmbio comercial que alcançando cerca de US\$ 1,6 milhão, atingiu os níveis mais elevados das últimas décadas.

Considerações finais

As páginas anteriores enfatizaram algumas das características mais constantes da política externa brasileira. Talvez a principal delas seja sua vocação universalista, baseada também na grande multiplicidade de grupos étnicos presentes na sua história e hoje integrados por uma única língua e nacionalidade. Abrangendo, provavelmente, a maior população mestiça do globo o Brasil poderá, mais facilmente, desempenhar papel de ponte entre os continentes.

A política externa brasileira conheceu também várias modificações sob o influxo separado ou concomitante de forças endógenas e exógenas. Haveria muitos exemplos. Assim nos anos de 1961 a 1964 as autoridades de Brasília afastaram-se consideravelmente de Washington, reataram ou ampliaram vínculos com o Leste europeu e voltaram-se mais para os países em desenvolvimento. Mesmo no período iniciado com o Movimento de 1964 até os nossos dias ocor-

reram mudanças importantes.² A dimensão terceiro-mundista é enfatizada nos governos de Costa e Silva, Geisel e Figueiredo. Cabe ressaltar que o panorama internacional também evoluiu muito. O domínio americano-soviético do pós-guerra foi debilitado pelo fortalecimento da CEE, pelo dinamismo japonês, pelo distanciamento entre Moscou e Pequim etc.³

O notável grau de continuidade da diplomacia brasileira muito deve à lembrança permanente de sua figura luminar, o Barão do Rio Branco (1845-1912). José Maria da Silva Paranhos Junior teve Liverpool como seu primeiro posto no exterior, em 1876. Aí intensificou seus estudos de História particularmente importantes para o conhecimento da realidade nacional. De 1902 a 1912, ano de seu falecimento, ocupou o cargo de Chanceler. Distinguiu-se muito nas negociações concernentes à fixação das fronteiras, tarefa necessária e complexa, sobretudo no caso de um país com dez vizinhos. Graças, em grande parte, a ele, o Brasil não tem litígios de limite.

² MARTINS, Carlos Estevam. "A evolução da política externa brasileira na década de 64/74" *Estudos CEBRAP*, 12: 53-99, abr. mai. jun. 1975.

³ Escreveu o Chanceler Saraiva Guerreiro: "Não afetamos o destino do sistema internacional da mesma forma ampla pela qual este molda o cotidiano da vida brasileira. Trata-se de um problema estrutural; a nossa dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais" *O Brasil e sua Política Externa* Brasília, UnB, 1981, p. 5. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o GATT beneficiaram os países do Norte, sobretudo aqueles fisicamente afetados pela Segunda Guerra. Os interesses do Sul não foram devidamente contemplados.

¹ FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília DIN, 1982, p. 162.

No Rio de Janeiro o Ministério das Relações Exteriores funcionou durante muito tempo na antiga Mansão do Barão, o Palácio Itamarati. O moderno edifício onde, em Brasília, trabalham os diplomatas brasileiros, é conhecido como Palácio Itamarati. Suas dimensões maiores, sua proximidade às sedes dos três poderes, suas características singulares e originais parecem testemunhar a particular importância atribuída pelo país à política externa. Fundado em 1945 o Instituto incumbido de recrutar e formar os futuros diplomatas ostenta o nome de Rio Branco. A Ordem do Rio Branco reúne pessoas destacadas por serviços prestados na área internacional. A publicação das obras de Rio Branco a evocação freqüente de seus ensinamentos e de sua vida de trabalho e dedicação ao país são assim inspiração perene da política externa do Brasil.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas. Centro de Estudios Latino-americanos Rómulo Gallegos. 1980.
- BASTIDE, Roger. *Le Prochain et le Lointain*. Paris, Editions Cujas, 1970.
- CATELLO BRANCO, H. A. de *Discursos de 1964*, Brasília, Secretaria de Imprensa, s.d.
- CASTRO, Therezinha de. *África Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- El proceso de Integración en América Latina*. Buenos Aires, INTAL-BID, 1982.
- FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1976.
- FIGUEIREDO, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1982.
- FIGUEIREDO, João. "Discurso na Assembléia Geral da ONU". *Estado de São Paulo*, 28.09.1982, p. 6.
- FRANCO, Álvaro da Costa. "O Brasil e a atual conjuntura Econômica Mundial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 47, 195-211 jul. 1978.
- FULBRIGHT, James. *As Perspectivas do Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. Record. 1964.
- GARAUDY, Roger. *O Ocidente é um Acidente*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Política Externa do Brasil". *Segurança e Desenvolvimento*. XXXI (190) 42-43, 1982.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Entrevista. *Jornal do Brasil*, 13.09.81.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "O Brasil e sua Política Externa". Brasília, 1981.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Os Controvérsios resultados de Cancún". *Folha de São Paulo*, 15.11.81.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "Diálogo de confiança e Amizade". *Afrochamber*, jan. fev. 1982, p. 4-7.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Palestra do Chanceler em Londres, no Real Instituto de Relações Internacionais (Chattam House). Texto mimeo.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. "A Política Exterior do Brasil". Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 03.09.1982 texto datilografado.
- "Itamaraty divulga programa de Guerreiro no exterior". *Jornal de Brasília*, 09.10.1982, p. 14.
- LEBRET, Louis Joseph. *Suicídio ou Sobrevida do Ocidente, problemas Fundamentais de nossa Civilização*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.
- LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolívar*. Rio de Janeiro, Banco do Brasil, s.d.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "Comércio Exterior do Brasil. Participação do Itamaraty no Processo de Promoção das Exportações". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 54: 19-39, jan. 1982.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. (Entrevista). *Visão* XXX (50): 29-32, 14.12.1981.
- MARIAS, Julián. "O Ocidente e seus Inimigos". *Visão*, 14.09.81, p. 70-72.
- MARIAS, Julián. "As Ameaças ao Ocidente". *Estado de São Paulo*. Caderno de Cultura, 15.11.1981, p. 5-7.
- MARTINS, Carlos Estevam. "A evolução da política externa brasileira na década 64/74". *Estudos CEBRAP* nº 12-53-99, abr. mai. jun. 1965.
- NETO, Leonardo Mota. "Diálogo Brasil e Estados Unidos". *Jornal de Brasília*, 26.09.82, p. 8.
- PENA, João Camilo. *Introduction to Brazil*, Grangula Editions I Estocolmo. Embaixada do Brasil, 1982.

PENNA, J. O. de Meira. "Oriente e Ocidente". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 19, jun: 1965.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. "A Política Externa do Brasil nas últimas décadas". *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 109, 38(4), out. dez. 1981.

SELCHER, Wayne. *Brazil's Multilateral Relations*. Boulder, Westview Press, 1978.

SELCHER, Wayne. "Brazil in the World: a Ranking Analysis". *Brazil in The International System: The Rise of a Middle Power*, Edited by Wayne Selcher, Boulder, Colorado, Westview Press, 1981.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVEIRA, Antonio Azeredo da. "Bases da Diplomacia Brasileira". Discursos perante

as Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. *Resenha de Política Exterior*, Brasília, Ministério de Relações Exteriores, nº 10: 57-67, jul. ago. set. 1976.

SPENGLER, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

TAMER, Alberto. "Brasil, Crescimento e Dependência". *Estado de São Paulo*, 05.12.81, p. 145.

TOYNBEE, Arnold. *Estudos de História Contemporânea, A Civilização posta a prova, O mundo e o Ocidente*. São Paulo, Companhia Editora, Nacional, 1976.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. "Posições Internacionais do Brasil no Plano Multilateral". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 52: 147-219, Jan. 1981.



O Professor José Carlos Brandi Aleixo é docente da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Licenciado em Filosofia (Nova Friburgo), em Letras Clássicas (PUC-Rio de Janeiro) e em Teologia (Universidade de Comillas, Espanha), é Doutor (Ph. D.) em Ciência Política pela Georgetown University, Washington, EUA, e diplomado pela Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Ex-chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ex-Diretor interino da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da mesma Universidade.